

A. I. Nº - 108491.0004/09-5
AUTUADO - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
AUTUANTE - AILDETE PORTO SEROES
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 01.10.10

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0284-04/10

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. Nos termos do art. 156, inciso I do CTN extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, conseqüentemente, também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV, do artigo 122, do RPAF/99. Defesa **PREJUDICADA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 11/08/09 exige ICMS, no valor de R\$499,65, em decorrência do transporte de mercadorias sem documentação fiscal.

O autuado ingressou tempestivamente com impugnação ao lançamento do crédito tributário conforme docs. fls. 12/38, vindo posteriormente a se manifestar pelo reconhecimento integral do débito e conseqüente desistência da defesa apresentada, conforme documentos, devidamente protocolados e anexados aos autos, fls. 59/63.

Foram, também, juntados aos autos extratos de pagamentos gerados pelo SIDAT que confirmam a efetivação do pagamento, de acordo com os documentos de fls. 67/70.

VOTO

O autuado ao reconhecer o débito indicado no presente Auto de Infração e efetuar o respectivo pagamento, desistiu da defesa apresentada, tornando-a ineficaz, conforme previsto pelo Art. 122, inciso IV do RPAF/BA. Em conseqüência, fica extinto o processo administrativo fiscal, nos termos do Art. 156, inciso I do CTN e *prejudicada* a defesa apresentada, devendo os autos ser remetido à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e arquivamento do processo.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por, unanimidade, considerar **PREJUDICADA** a defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº 108491.0004/09-5, lavrado contra a **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS**, devendo o autuado ser cientificado da decisão e os autos encaminhados à repartição fiscal de origem para fim de homologação do pagamento e o arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de setembro de 2010.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/RELATOR

PAULO DANILO REIS LOPES – JULGADOR

FERNANDO